



# ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DA ARU DE NOGUEIRA

R3.3 RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA DA ARU-ORU DE NOGUEIRA

PR-04816 | maio 2022

MNIN

sp



# MUNICÍPIO DA MAIA

Este documento enquadra-se nos trabalhos de delimitação e elaboração das respetivas estratégias de reabilitação das operações de reabilitação urbana (ORU) simples de seis novas áreas de reabilitação urbana (ARU) no Concelho: Expansão da Cidade; Vila Nova da Telha; Nogueira; Milheirós; Central de Folgosa e S. Pedro Fins; e S. Pedro Fins.

O presente documento constitui o **Relatório de ponderação dos resultados da Discussão Pública da ARU-ORU de Nogueira.**

Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-04816 | maio 2022

## ÍNDICE

<b>1. Enquadramento.....</b>	<b>3</b>
<b>2. Parecer do IHRU.....</b>	<b>4</b>
<b>3. Período de Discussão Pública .....</b>	<b>4</b>
3.1 Abertura do período de Discussão Pública .....	4
3.2 Publicitação e divulgação do período de Discussão Pública .....	5
3.3 Consulta da proposta e documentos disponibilizados.....	5
3.4 Modo e formato de participação.....	6
3.5 Ponderação das participações e seguimento .....	6
<b>ANEXOS.....</b>	<b>7</b>
Anexo I – Parecer do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) .....	8
Anexo II – Parte da ata da Reunião de Câmara Ordinária, realizada no dia 07 de fevereiro de 2022.....	13
Anexo III – Aviso de aprovação da ORU e abertura do respetivo período de Discussão Pública .....	15
Anexo IV – Divulgação do procedimento e de toda a documentação na página eletrónica da CM da Maia. ....	18
Anexo V – Divulgação do procedimento na página de Facebook da Câmara Municipal da Maia .....	20
Anexo VI – Edital afixado na Câmara Municipal da Maia e na Junta de Freguesia da Cidade da Maia.....	22
Anexo VII – Divulgação do edital no órgão de comunicação social – Jornal de Notícias (Porto) .....	24

## 1. Enquadramento

O presente documento constitui o **Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública do projeto da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira**, consubstanciada na Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), incluindo, ainda, a referência ao parecer emitido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

A ERU possui enquadramento legal no Regime Jurídico de Reabilitação Urbana<sup>1</sup> (RJRU), correspondendo ao instrumento próprio de programação de uma ORU de natureza simples<sup>2</sup>, como a presente, tal como previsto no referido diploma (n.º 4 do artigo 8º do RJRU). A sua elaboração observou os pressupostos estabelecidos para a aprovação de operações de reabilitação urbana através de instrumento próprio, nomeadamente o estabelecido nos n.º 3 e 4 do artigo 17.º do RJRU, para emissão de parecer não vinculativo do IHRU e para a promoção da discussão pública nos termos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>3</sup> (RJIGT).

Conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 89.º (Discussão Pública) do RJIGT, *“concluído o período de acompanhamento (...) a câmara municipal procede à abertura de um período de discussão pública, através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, do qual consta o período de discussão, a forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, as eventuais sessões públicas a que haja lugar e os locais onde se encontra disponível a proposta, o respetivo relatório ambiental, o parecer final, a ata da comissão consultiva, os demais pareceres emitidos e os resultados da concertação”*.

Ainda nos termos do n.º 3 do artigo 89.º do RJIGT, *“a câmara municipal pondera as reclamações, as observações, as sugestões e os pedidos de esclarecimento, apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente: a) A desconformidade ou a incompatibilidade com programas e planos territoriais e com projetos*

---

<sup>1</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

<sup>2</sup> Focada nas ações de reabilitação do edificado, realizadas preferencialmente pelos respetivos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos.

<sup>3</sup> Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

*que devem ser ponderados em fase de elaboração; b) a desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; c) A lesão de direitos subjetivos”.*

Por conseguinte, o presente documento expõe as participações recebidas durante o período de Discussão Pública da ERU da ARU de Nogueira e a respetiva análise e ponderação das mesmas. É igualmente explicitado o teor do parecer favorável do IHRU, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJRU.

Consideram-se, assim, reunidas as condições para a elaboração do presente Relatório de Ponderação dos resultados da Discussão Pública da ERU da ARU de Nogueira, e a subsequente submissão da sua versão final para aprovação pela Assembleia Municipal.

## 2. Parecer do IHRU

Nos termos do n.º 5 do artigo 13º e do n.º 3 do artigo 17º do RJRU, a Câmara Municipal da Maia remeteu ao IHRU os elementos relativos à ERU da ARU de Nogueira, para emissão de parecer não vinculativo, tendo obtido parecer favorável, conforme consta do Anexo I.

## 3. Período de Discussão Pública

### 3.1 Abertura do período de Discussão Pública

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 17º do RJRU, conjugado com o n.º 1 e n.º 2 do artigo 89.º do RJIGT, e por deliberação da Câmara Municipal da Maia em Reunião Ordinária de Câmara realizada a 7 de fevereiro de 2022 (Anexo II), foi determinada a aprovação do projeto de ORU simples e deliberado, em simultâneo, a abertura do período de Discussão Pública da ERU da ARU de Nogueira, tendo esta deliberação sido tornada pública através do Aviso n.º 4568/2022, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 44/2022, de 3 de março (Anexo III).

O período de Discussão Pública, com início no 5.º dia posterior à data de publicação do referido Aviso em Diário da República, e com a duração de 30 dias, decorreu entre os dias 8 de março e 18 de abril de 2022, dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJIGT.

## 3.2 Publicitação e divulgação do período de Discussão Pública

Os procedimentos a observar para a publicação e divulgação do período de Discussão Pública, conforme referido anteriormente, encontram-se regulados pelo artigo 89.º do RJIGT, cabendo à Câmara Municipal essa responsabilidade.

Neste sentido, e tendo em vista a promoção de um maior envolvimento de todos os cidadãos nestes processos, a ERU da ARU de Nogueira, bem como o respetivo procedimento de discussão e participação pública, foram publicitados das seguintes formas:

- Publicação em Diário da República – Aviso n.º 4568/2022, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 44/2022 de 3 de março (Anexo III);
- Divulgação do procedimento e de toda a documentação na página eletrónica da Câmara Municipal da Maia – [www.cm-maia.pt](http://www.cm-maia.pt) (Anexo IV);
- Divulgação do procedimento na página de Facebook da Câmara Municipal da Maia – [www.facebook.com/municipiomaia/](https://www.facebook.com/municipiomaia/) (Anexo V);
- Afixação de editais na Câmara Municipal da Maia e na Junta de Freguesia da Cidade da Maia (Anexo VI);
- Divulgação de edital no órgão de comunicação social – Jornal de Notícias (Porto) – na edição de 11 de março de 2022 (Anexo VII).

## 3.3 Consulta da proposta e documentos disponibilizados

Durante o período de Discussão Pública, os elementos que constituem a proposta da ERU da ARU de Nogueira estiveram disponíveis para consulta na página eletrónica da Câmara Municipal da Maia ([www.cm-maia.pt](http://www.cm-maia.pt)), no separador correspondente a processos de Discussão Pública, em formato digital.

Foram disponibilizados para consulta os seguintes elementos:

- O Aviso n.º 4568/2022, referente à publicação em Diário da República, da abertura do período de Discussão Pública;
- A deliberação da Câmara Municipal, em Reunião de Câmara Ordinária, que aprova a abertura do período de Discussão Pública da ERU da ARU de Nogueira;

- O Edital afixado na Câmara Municipal da Maia e na Junta de Freguesia da Cidade da Maia;
- O relatório da “Operação de Reabilitação Urbana – Estratégia de Reabilitação Urbana da ARU de Nogueira”;
- Planta de delimitação da ARU de Nogueira sobre base topográfica;
- Planta de delimitação da ARU de Nogueira sobre ortofotomapa.

### 3.4 Modo e formato de participação

Durante o período de Discussão Pública da ERU da ARU de Nogueira, os interessados puderam apresentar reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Maia, onde constam a identificação do subscritor, a identificação do local caso se justifique (acompanhada, sempre que possível, de planta de localização) e o objeto da exposição, devidamente fundamentado.

A participação dos interessados incluiu as seguintes formas:

- Por correio, enviada para o Gabinete Municipal de Atendimento – Praça do Doutor José Vieira de Carvalho, 4474-006 Maia;
- Por correio eletrónico, para: [garumaia@cm-maia.pt](mailto:garumaia@cm-maia.pt).

### 3.5 Ponderação das participações e seguimento

Findo o período de Discussão Pública, não tendo sido recebidas quaisquer reclamações, observações ou sugestões, manteve-se na íntegra o conteúdo do projeto da ERU da ARU de Nogueira, o qual, findo este período e a respetiva ponderação, deverá ser remetido a reunião de Câmara Municipal, para que esta delibere enviar o documento final para aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor.

## ANEXOS



Anexo I – Parecer do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)

DOC:2022,PR,E,1,13757



Exm<sup>o</sup> Senhor  
Presidente da Câmara Municipal da Maia  
  
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho  
  
4474-006 MAIA

Sua referência

Nossa referência  
S.IHRU/2022/1438

Data  
07/03/2022

**ASSUNTO: Parecer do IHRU referente às estratégias de reabilitação urbana (ERU) para cinco áreas de reabilitação urbana (ARU) do concelho da Maia**

Em resposta ao pedido de parecer rececionado neste Instituto com nºs 3080/3081/3082/3085 e 3087, respetivamente, em 2022/02/21, relativo às ERU que enquadram as operações de reabilitação urbana (ORU) simples, a desenvolver nas ARU de Milheirós, de Vila Nova da Telha, de S. Pedro Fins, de Nogueira e Central de Folgosa e S. Pedro Fins, assim como as propostas de delimitação das mesmas ARU, anexa-se o parecer deste Instituto, de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de Outubro, com a redação dada pela Lei nº 32/2012, de 14 de Agosto (RJRU).

Aproveitamos a oportunidade para solicitar o envio de três fotografias do espaço contido em cada ARU, com vista à sua publicitação no nosso portal assim que ocorrer a publicação da aprovação simultânea das ARU e respetivas ORU pela Assembleia Municipal, como previsto no nº 2 do artigo 7º do RJRU.

Manifestamos desde já a nossa inteira disponibilidade para prestar os esclarecimentos que eventualmente considerem necessários no âmbito da reabilitação urbana.

Com os melhores cumprimentos,

O Vogal do Conselho Diretivo

Luís Maria Gonçalves

DOC:2022,PR,E,1,13757

Aprova.



Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

#### PARECER

1. O município da Maia, conforme o disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de Outubro, com a redação dada pela Lei nº 32/2012, de 14 de Agosto (RJRU), remeteu ao IHRU os elementos relativos às estratégias de reabilitação urbana (ERU) para a execução de cinco operações de reabilitação urbana (ORU) simples, a desenvolver nas áreas de reabilitação urbana (ARU) de Milheirós, de Vila Nova da Telha, de S. Pedro Fins, de Nogueira e Central de Folgosa e S. Pedro Fins, assim como as propostas de delimitação das mesmas ARU, tendo estes elementos dado entrada no IHRU com os nºs 3080/3081/3082/3085 e 3087, respetivamente, em 2022/02/21.
2. Foi opção do município propor a aprovação simultânea da delimitação destas ARU e das respetivas ORU, conforme previsto no nº 2 do artigo 7º do RJRU.
3. Estes projetos de ERU mereceram a aprovação do executivo camarário em reunião realizada a 7 de Fevereiro último, tendo também sido deliberado, nessa mesma reunião, proceder à abertura do período de discussão pública, a promover nos termos previstos no RJIGT.
4. Resumidamente, os projetos apresentados referem-se às ERU para a execução das ORU mencionadas e que se destinam às seguintes ARU, que correspondem a cinco aglomerados urbanos do município da Maia:

#### ARU DE MILHEIRÓS

A ARU de Milheirós caracteriza-se, essencialmente, por ser um território com uma ocupação urbana assente num crescimento linear ao longo das principais vias tradicionais, designadamente os eixos compostos pelas ruas da Arroiteia/da Vanessa/da Agra e pelas ruas da Aldeia Nova/da Arroiteaça e as ramificações transversais que os atravessam, particularmente a Rua General Humberto Delgado e o seu prolongamento pela Rua da Agrela, bem como a Rua Monte de Cruzes e Travessa das Escolas.

#### ARU DE VILA NOVA DA TELHA

Com uma área de 132,3ha, inserida na totalidade na freguesia de Vila Nova da Telha, abarca o tecido edificado das urbanizações do Lidador/Bouça Grande e do Pinheiral, na

DOC:2022,PR,E,1,13757

envolvente do Parque de Quires, o os aglomerados urbanos dos lugares de Igreja, Ribeiro, Vila Nova, Aldeia, Prozela, Rio da Mina e Arrabalde.

#### ARU DE S. PEDRO FINS

Inserida na totalidade na freguesia de S. Pedro Fins, o território da ARU abrange uma área de 20,9ha e abarca o tecido urbano dos três núcleos residenciais estruturantes e que constituíram a génese do aglomerado urbano, localizados nos lugares de Valinho, a norte, de Portela, a poente, e de Vale, a sul. Integra alguns focos de interesse patrimonial, particularmente concentrados na envolvente do Largo Coritelo e da Rua Central dos Arcos, onde se pretende alavancar a reabilitação física do património privado, propondo soluções que envolvam e incidam sobre a população residente.

#### ARU DE NOGUEIRA

A ARU de Nogueira tem como principal objetivo reforçar a coerência territorial e estratégica do território de Nogueira, através da integração dos lugares predominantemente afetos à função residencial que se localizam no aglomerado urbano da antiga freguesia de Nogueira e, na parte mais a sul, da antiga freguesia de Silva Escura, tendo em conta as dinâmicas urbanas existentes e as articulações territoriais estabelecidas.

#### ARU DE CENTRAL DE FOLGOSA E S. PEDRO FINS

Esta ARU constitui-se como um território onde a forte componente habitacional coexiste com a ruralidade da paisagem, marcada pelas áreas de floresta, e pela imponente presença de infraestruturas de grande porte afetas à atividade industrial, das quais se destaca a presença do polo da Siderurgia Nacional, a sudeste do limite da ARU.

5. Os documentos agora em apreço estabelecem projetos de ERU idênticos para a execução de cinco ORU simples, tendo todas elas, como objetivo central, **melhorar as condições de habitabilidade, promover a eficiência energética, fomentar a coesão social e territorial, bem como a sustentabilidade ambiental e económica destas áreas.**
6. Considerando que estes documentos se alicerçam num diagnóstico rigoroso das áreas de intervenção, onde de forma bastante clara fundamentam a delimitação de ARU sujeitas a uma ORU simples, de acordo com os elementos instrutórios como disposto no nº 2 do artigo 30º do RJRU, nomeadamente:
  - **Apresentando as opções estratégicas** de reabilitação das ARU, compatíveis com as opções de desenvolvimento do município;
  - **Estabelecendo como prazo de execução** um período de dez anos;

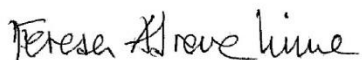
DOC:2022,PR,E,1,13757

- **Identificando como entidade gestora** o município da Maia;
- **Determinando o modelo de gestão das ARU e de execução das respetivas ORU**, que pressupõe a assunção por parte do município, entidade gestora das ORU, de um papel mais ativo e abrangente na execução da mesma, independentemente dos deveres de reabilitação de edifícios que impendem sobre os particulares;
- **Apresentando um quadro de apoios e incentivos** às ações de reabilitação executadas pelos proprietários e demais titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações, incentivos de natureza fiscal associados aos impostos municipais sobre o património, conforme previsto no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Tendo em consideração a necessidade de se criarem condições para a promoção das medidas necessárias à reabilitação das áreas urbanas que delas careçam, o IHRU emite **parecer favorável** aos projetos de ERU, para a execução de dez ORU simples nas ARU Milheirós, de Vila Nova da Telha, de S. Pedro Fins, de Nogueira e Central de Folgosa e S. Pedro Fins, do município da Maia.

Por último solicita-se à Câmara Municipal o envio ao IHRU, por meios eletrónicos, de cópia do Aviso publicado na 2ª série do Diário da República com a publicitação do ato de aprovação simultânea destas ARU e ORU pela Assembleia Municipal.

Porto, Março de 2022



Maria Teresa Abreu Lima, Arqtª



Anexo II – Parte da ata da Reunião de Câmara Ordinária, realizada no dia 07 de fevereiro de 2022



Pelouro do Planeamento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 49 017/21

**Deliberação:** Aprovação do projeto de " Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de S. Pedro Fins em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples", de acordo com os elementos constantes do relatório/memória descritiva e planta anexa; 2. Que delibere: remeter o projeto de " Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de S. Pedro Fins em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples" ao IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, por meios eletrónicos, para emissão de parecer não vinculativo de acordo com o n.º 3 do artigo 17.º do RJRU; 3. Que delibere: a abertura do período de discussão pública do projeto de " Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de S. Pedro Fins em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples", pelo prazo de 30 dias, a promover nos termos previstos no art.º 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Dec. Lei 80/2015, de 14 de Maio, para os planos de pormenor, de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do RJRU, por unanimidade.

**11. Aprovação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Nogueira em simultâneo com a Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), simples**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro do Planeamento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 43 822/21

**Deliberação:** Aprovação do projeto de " Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples" de acordo com os elementos constantes do relatório/memória descritiva e planta anexa; 2. Que delibere: remeter o projeto de " Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples" ao IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, por meios eletrónicos, para emissão de parecer não vinculativo de acordo com o n.º 3 do artigo 17.º do RJRU; 3. Que delibere: a abertura do período de discussão pública do projeto de "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples", pelo prazo de 30 dias, a promover nos termos previstos no art.º 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT), Dec. Lei 80/2015, de 14 de maio, para os planos de pormenor, de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do RJRU, por unanimidade.

Anexo III – Aviso de aprovação da ORU e abertura do respectivo período de Discussão Pública



## MUNICÍPIO DA MAIA

## Aviso n.º 4568/2022

*Sumário:* Abertura do período de discussão pública do projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples.

## Área de Reabilitação Urbana de Nogueira

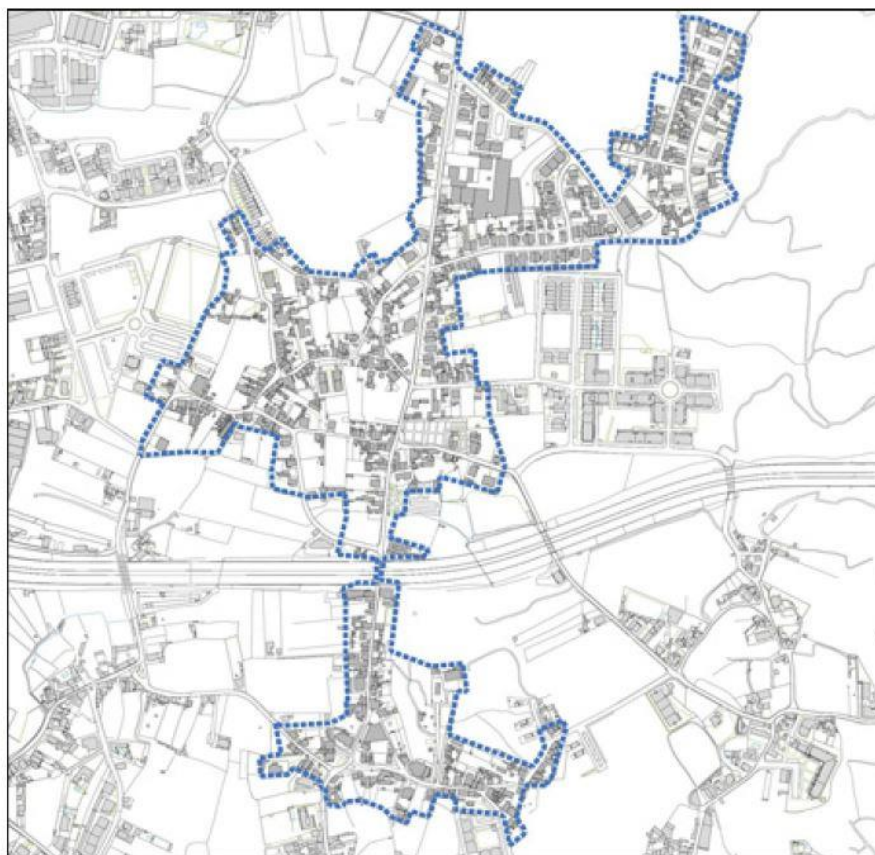
António Domingos Silva Tiago, Presidente da Câmara municipal da Maia, torna público, que a Câmara Municipal, em sessão realizada em 07 de fevereiro de 2022, deliberou, nos termos do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, aprovar a proposta de Delimitação a Operação de Reabilitação Urbana Simples, da Área de Reabilitação Urbana de Nogueira e proceder à abertura do período de discussão pública do projeto de "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples," pelo prazo de 30 dias, a promover nos termos previstos no artigo 89.º do Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT), Dec. Lei 80/2015, de 14 de maio, para os planos de pormenor, de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do RJRU, entrando este prazo em vigor 5 dias após a publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

Para o efeito, nos termos dos n.ºs 4 do artigo 13.º, do artigo 16.º e do n.º 5 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, os elementos que constituem a proposta de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana, encontram-se disponíveis para consulta na página da internet da Câmara Municipal, em:

<https://www.cm-maia.pt/institucional/camara-municipal/discussao-publica>.

Para constar se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

15 de fevereiro de 2022. — O Presidente da Câmara, *António Domingos Silva Tiago*.



315037167



Anexo IV – Divulgação do procedimento e de toda a documentação na página eletrónica da CM da Maia

The screenshot displays the official website of the Municipality of Maia. The header features the 'MAIA' logo, social media icons, and a search bar. A horizontal navigation bar includes categories such as 'Institucional', 'desenvolvimento social e demografia', 'ambiente', 'cultura', 'desporto', 'educação e ciência', 'juventude', 'baze', and 'pedel'. On the left, a vertical sidebar lists various municipal services and documents. The main content area is titled 'Discussão Pública' and contains a detailed announcement regarding the public discussion period for the 'Projecto de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) da Área de Reabilitação Urbana de Nogueira'. The announcement specifies a period from March 8 to April 18, 2022, and provides a list of documents for public consultation, including the CAD, ORTO, and the final report.

**Discussão Pública**

**Período de Discussão Pública do projecto de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) da Área de Reabilitação Urbana de Nogueira**

Durante o período de discussão pública que decorre entre o dia 8 de março, até ao dia 18 de abril, 30 dias, (Aviso nº4568/2022 de 3 de março), todos os interessados podem apresentar reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, onde deverá constar a identificação do subscritor, a identificação do local (caso se justifique), acompanhada, sempre que possível, de planta de localização, e o objeto da exposição, devidamente fundamentado, requerimento esse a ser entregue no Gabinete Municipal de Atendimento, remetido por correio, ou ainda através do endereço [ajp@cm-maia.pt](mailto:ajp@cm-maia.pt).

**01. Planta de Delimitação da ARU Nogueira (CAD)**  
**02. Planta de Delimitação ARU Nogueira (ORTO)**  
**03. Relatório da Operação de Reabilitação Urbana - Estratégia de Reabilitação Urbana de Nogueira**  
**04. Edital**  
**05. Aviso D.R. 4568/2022 de 3 de março**  
**06. Deliberação CMM**

**Período de Discussão Pública do projecto de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) da Área de Reabilitação Urbana de S. Pedro Fins**

**Período de Discussão Pública do projecto de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) da Área de Reabilitação Urbana Central de Folgosa e S. Pedro Fins**

**Período de Discussão Pública do projecto de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) da Área de Reabilitação Urbana de Milheiros**

**Projecto de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) da Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova da Telha**

**Aviso n.º 3484/2022 - Divulgação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - 2020**

**Projecto de regulamento prémio municipal de arquitetura João Álvaro Rocha**

Anexo V – Divulgação do procedimento na página de Facebook da Câmara Municipal da Maia

R3.3. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA DA ARU-ORU DE NOGUEIRA

 **Câmara Municipal da Maia**  
2 de Abril às 18:30 · 🌐

Maia | Período de discussão pública do projeto de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana Simples (ORU) da Área de reabilitação urbana (ARU) de Nogueira.

No âmbito da aprovação da proposta de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana Simples, da Área de Reabilitação Urbana da Expansão de Nogueira, encontra-se em fase de discussão pública o projeto de "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira em simultâneo com a respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples", até ao próximo dia 18 de abril de 2022.

Os elementos que constituem a proposta de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana encontram-se disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal da Maia em <https://www.cm-maia.pt/.../camara.../discussao-publica>, podendo todos os interessados apresentar reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, onde deverá constar a identificação do subscritor, a identificação do local (caso se justifique), acompanhada, sempre que possível, de planta de localização e o objeto da exposição, devidamente fundamentado, requerimento esse a ser entregue no Gabinete Municipal de Atendimento, remetido por correio, ou ainda através do endereço: [dpt@cm-maia.pt](mailto:dpt@cm-maia.pt)

Maia – Um território para ser vivido.



**ARU-ORU DE NOGUEIRA**  
REABILITAÇÃO URBANA  
Projeto de delimitação da ARU de Nogueira e da sua intervenção urbana

9  
4 partilhas

 Gosto  Comentar  Partilhar

Anexo VI – Edital afixado na Câmara Municipal da Maia e na Junta de Freguesia da Cidade da Maia



MAIA

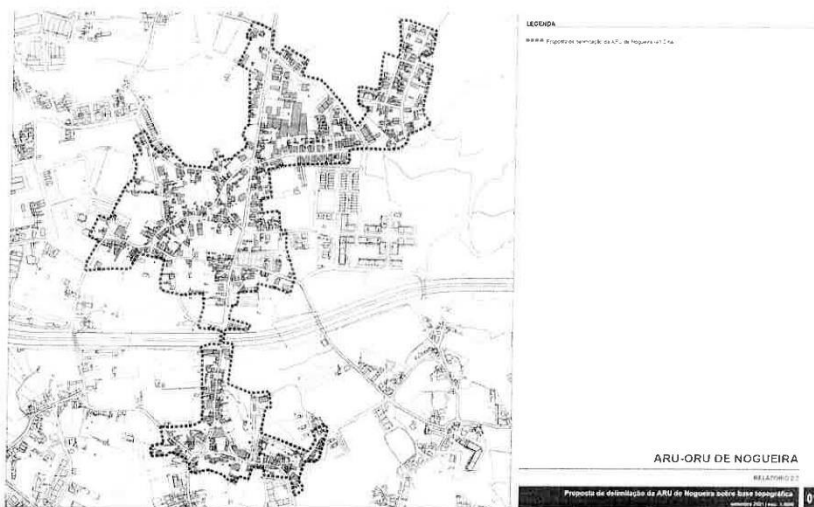
Edital

N.º 372/22

ANTÓNIO DOMINGOS SILVA TIAGO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA:

TORNA PÚBLICO, que a Câmara Municipal, em sessão realizada em 07 de fevereiro de 2022, deliberou, nos termos do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, aprovar a proposta de Delimitação a Operação de Reabilitação Urbana Simples, da Área de Reabilitação Urbana de Nogueira e proceder à abertura do período de discussão pública do projecto de "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nogueira em simultâneo com a respectiva Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples", pelo prazo de 30 dias, a promover nos termos previstos no artigo 89.º do Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), Dec. Lei 80/2015, de 14 de Maio, para os planos de pormenor, de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do RJRU, entrando este prazo em vigor 5 dias após a publicação do presente Aviso em Diário da República.

Para o efeito, nos termos dos n.ºs 4 do artigo 13.º, do artigo 16.º e do n.º 5 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, os elementos que constituem a proposta de Delimitação e Operação de Reabilitação Urbana, encontram-se disponíveis para consulta na página da internet da Câmara Municipal, em <https://www.cm-maia.pt/institucional/camara-municipal/discussao-publica>.



Maia e Paços do Concelho, 15 de fevereiro de 2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

*[Assinatura manuscrita]*

ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

PAÇO DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO, 203 MAIA  
TEL: 229 405 650 - [geral@cm-maia.pt](mailto:geral@cm-maia.pt) - [www.cm-maia.pt](http://www.cm-maia.pt)

IM-084.4  
1/1



Anexo VII – Divulgação do edital no órgão de comunicação social – Jornal de Notícias (Porto)

<p><b>CONVOCATÓRIA</b></p> <p>De harmonia com os estatutos convocamos a Assembleia Geral Ordinária dos membros do <b>Nortecope – Cooperativa de Habitação Económica</b>, CR, com sede na Rua Godinho Faia nº 10, 1.º andar, entre os dias 15 e 16 de março de 2022, pelas 15 horas, que funcionará no "Auditório Nortecope", sito à Rua Sousa Carvalho, 113, também em s.ª. Marinha de Infante, com o seguinte:</p>	<p><b>N.º 1.</b> Os documentos do 2.º documento de Trabalho estão à disposição dos membros da Assembleia Geral Ordinária, entre os dias 15 e 21 de Maio de 2022, a partir de uma caixa de necessidade e de acordo com o artigo 19.º dos Estatutos.</p> <p><b>N.º 2.</b> É indispensável a apresentação do cartão de qualquer outro cartão de identificação.</p> <p><b>N.º 3.</b> A Assembleia é obrigatória ou de interesse obrigatório.</p>
---	--

# CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos dos artigos 28.º, 53.º, 50.º, 51.º, 50.º-A, alínea c), 62.º e 63.º dos Decretos Lei n.º 172-A/2002, de 12 de Novembro, e artigos 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, dos Estatutos Sociais da Associação de Pais e Amigos da Associação de Pais e Amigos, a folhas 30 a 30 do volume do Livro I das das associações de solidariedade social, efectuado em 27/09/99, convocou os Senhores Associados desta instituição em Assembleia geral ordinária no próximo dia 25 de março de 2002, às 18,30 horas, no Auditório da Igreja da Misericórdia de Vila Rica, para deliberar sobre o seguinte:

1.º - Parecer (Matozinhos), com a seguinte Ordem do Dia:

1.º - Parecer da Comissão de Contas do Exercício de 2001 do Patrocinador do Conselho Fiscal.

2.º - Outros assuntos de interesse.

**NOTA:** - Os associados que não comparecerem não enviarão presente mais de metade dos associados com direito a voto, revalidar quinze minutos depois, com qualquer número de presenças (art.º 28.º, n.º 1.º dos Estatutos sociais, em vigor em 12 de Novembro de 2002). A Assembleia deliberará no cumprimento das regras de quórum e de maioria estabelecidas no artigo 53.º dos Estatutos Sociais em vigor. Os documentos para a via da Resolução de Conselho de Ministros 25-A/2002, de 12 de Novembro, e para a via da Assembleia Geral Ordinária, encontram-se depositados no Arquivo da Associação de Pais e Amigos.

Nos termos do artigo 62.º, n.º 6, do Decreto-lei n.º 172-A, de 12 de Novembro: "os documentos referidos são diferentes daqueles da ordem, pelo menos de outro ponto, para os associados que não o são e o sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja feita".

Peralta, 7 de Maio de 2002

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
**Alexandre Duarte Mendonça de Albuquerque**

**CONVOCATÓRIA  
ASSEMBLEIA GERAL**

Françisco Emílio Nunes da Piedade Vaz, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CRL, com o intuito de promover a Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade, CRL, convoca a Assembleia Geral, para reunir em Sessão Ordinária nas instalações da CRL, na Av.º Aveiro Teixeira da Mota, Lisboa, no dia 30 de março de 2022, pelas 17:30 horas, com o seguinte **ORDENAMENTO DE TRABALHOS**:

1. Leitura e aprovação da ata da última Assembleia Geral realizada em 25 de novembro de 2020;
2. Análise, discussão e aprovação do Relatório de Atividade e das Contas referentes ao ano 2020 e parecer do Conselho Fiscal;
3. Eleição da ata da Direção nº 2453 referente ao Ano 2020, pela proposta de decisão nº 4094/92 junto ao Banco Montepi, bem como parecer do Conselho Fiscal;
4. Infim de trabalhos.

Se à hora da convocatória não estiver presente o número legal de sócios, a mesma Assembleia funcionará mais tarde, depois, de qualquer número de sócios presentes.

Lisboa, 10 de março de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
**Françisco Emílio Nunes da Piedade Vaz**

**Revogação de Procuração**

Ricardo André Seabra Soares, divorciado, residente na Avenida Des Alpes, 123, na Sulica, comunica, para os devidos efeitos legais, a revogação da procuração através do qual conferiu poderes a Soraia Ialatti da Costa Mariz Saris, residente na Travessa do Marinheiro, 367, 113-032-Irênia, em Fátima, Gerdor, para, em sua representação, celebrar negócios, ainda junto de instituições públicas, bem como tratar dos mais variados assuntos enquanto estiverem em vigor os poderes conferidos, pelo que não responsabiliza por quaisquer atos praticados pela referida procuradora no uso dessa procuração revogada.

